

Brasília-DF, 12 de março de 2026

Fórum das Confederações se reúne dia 18



Com extensa pauta de trabalhos, reúne-se em Brasília, dia 18, o Fórum Sindical dos Trabalhadores. A entidade congrega CNTI, CNTTT, CONTTMAF, CONTEC, CNTEEC, CONTRATUH, CNTA, CNTS, COBAP, CSPB, CONTRICOM, COBRAPOL, CSPM, CONACATE, CONTAG, CNPL e CNTC. As Confederações têm base nacional e são, na pirâmide sindical, representantes das Federações e Sindicatos das categorias.

Programação – O extenso programa inclui debate sobre sistema Confederativo e Custeio Sindical, contribuição assistencial/negocial, oposição restrita à assembleia geral, sustentabilidade financeira das entidades, validade e soberania das assembleias e papel das Confederações na organização do sistema sindical.

Outros temas agendados são “Jornada de trabalho e valorização do trabalho; redução da jornada; superação da escala 6x1; e organização do trabalho nos diferentes setores econômicos; impactos sociais e econômicos da redução da jornada, terceirização, pejetização e defesa da Justiça do Trabalho; avanço da pejetização e seus impactos nas relações de trabalho desafios institucionais do sistema de proteção ao trabalho; proteção da organização dos trabalhadores; assédio coletivo; e saúde mental no mundo do trabalho”.

Convidados – O encontro dia 18 deve contar também com a participação de representantes da Justiça do Trabalho, Senado, ministério do Trabalho e Emprego, ministério Público do Trabalho, especialistas em Direito Coletivo do Trabalho, especialistas em saúde mental no trabalho, entre outros.

Objetivos – Para os organizadores o encontro deverá se consolidar como um marco de unidade, reflexão estratégica e fortalecimento do sistema confederativo.

O Fórum (FST) é coordenado por Luiz Arraes, que

preside a Federação dos Frentistas do Estado de São Paulo e também integra a direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio – CNTC.

Mais (61) 3242-8847. Ou fstsindical@fstsindical.com.br – www.fstsindical.com.br

Fonte: Agência Sindical

Sociedade civil avança em pautas ambientais no CONAMA com participação da CNTI



A bancada da sociedade civil no Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) reuniu-se nesta quarta-feira (11), na sede do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Durante o encontro, foi aprovada a Resolução de Monitoramento da Qualidade do Ar, considerada um passo importante para ampliar o controle e a transparência sobre os níveis de poluição atmosférica no país.



Na mesma reunião, também foi aprovada uma moção que trata do monitoramento de resíduos contaminantes provenientes de barragens, reforçando a necessidade de acompanhamento permanente desses materiais e de prevenção a riscos ambientais e sociais. As iniciativas foram defendidas pela bancada da sociedade civil e contaram com o apoio de entidades ambientalistas que participam do conselho.

A proposta foi apresentada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), que

Brasília-DF, 12 de março de 2026

teve participação ativa nas discussões. O conselheiro do CONAMA e representante profissional e internacional da entidade, **Eduardo Armond Cortes**, participou da reunião e destacou a importância da articulação entre trabalhadores e organizações ambientalistas para fortalecer políticas públicas voltadas à proteção do meio ambiente e à segurança da população.

Governo apoia redução da jornada para 40 horas semanais com dois dias de folga, diz ministro

Luiz Marinho acredita que a mudança não trará impactos à produtividade das empresas

Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados



Marinho: escala de 40 horas é factível, e os impactos financeiros já foram absorvidos

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, defendeu nesta terça-feira (10), na Câmara dos Deputados, a redução da jornada de trabalho no Brasil de 44 horas para 40 horas semanais, com duas folgas e sem redução de salário.

"O governo defende que a jornada de 40 horas é factível e que os impactos financeiros já foram, de certa forma, absorvidos ao longo dos anos", disse Marinho, que participou de audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A comissão discute a admissibilidade de duas propostas de emenda à Constituição que tratam de redução da jornada de trabalho e do fim da escala 6x1 (seis dias de trabalho e um de descanso).

A PEC 221/19, do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), reduz a jornada semanal de 44 para 36 horas sem alterar a escala, permitindo em tese 6x1 com menos horas diárias e transição gradual de dez anos. Já a PEC 8/25, da deputada Erika Hilton (Psol-SP) e outros, impõe 36 horas semanais com escala obrigatória 4x3 (quatro dias de trabalho por três de descanso) e transição em um ano.

O ministro lembrou que o debate, ligado à campanha

"Vida Além do Trabalho", atende a um desejo de trabalhadores, principalmente jovens, que buscam mais tempo para família, estudo, cultura e lazer.

"O debate também tem a ver com a saúde mental e física e com a ambiência no mercado de trabalho. Eu costumo dizer que um ambiente seguro e saudável leva a aumento da produtividade, de qualidade e pode evitar acidentes, doenças psíquicas, diminuir o absenteísmo [faltas]", disse Marinho.

Transição

Ele ressaltou, no entanto, que atualmente os cálculos do governo consideram viável apenas a transição para 40 horas semanais — e não para 36 horas de imediato. "Se o parlamento brasileiro desejar estabelecer a jornada máxima do Brasil em 36 horas semanais, ele tem que calcular melhor a transição. Na nossa avaliação, não caberia implantar imediatamente as 36 horas", disse.

Ele anunciou ainda que pretende apresentar dados ao setor empresarial para demonstrar que a mudança para 40 horas "não é o fim do mundo" e buscar um consenso.

Matéria completa:

<https://www.camara.leg.br/noticias/1251993-governo-apoia-reducao-da-jornada-para-40-horas-semanais-com-dois-dias-de-folga-diz-ministro/>

Fonte: Agência Câmara

Faturamento da indústria sobe 2,3% em janeiro, mas está abaixo de 2025

Alta mensal não reverte queda anual de quase 10%



Foto: Arquivo/Agência Brasil

Pressionada pelos juros altos e pela desaceleração da economia, a indústria de transformação brasileira faturou 2,3% a mais em janeiro de 2026 na comparação com dezembro de 2025.

Os números foram divulgados na segunda-feira (9) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), que publicou a pesquisa Indicadores Industriais.

Apesar do avanço mensal, o resultado não foi

Brasília-DF, 12 de março de 2026

suficiente para reverter o quadro negativo do setor. Na comparação com janeiro do ano passado, o faturamento registrou queda de 9,7%.

Outros indicadores da atividade industrial apresentaram comportamento semelhante. As horas trabalhadas na produção aumentaram 0,5% entre dezembro de 2025 e janeiro de 2026, mas continuam em trajetória de queda iniciada no segundo semestre do ano passado. Em relação a janeiro de 2025, o indicador recuou 2,6%.

O emprego na indústria de transformação também registrou leve recuperação no início do ano. O número de trabalhadores aumentou 0,5% em janeiro, interrompendo uma sequência de quatro meses consecutivos de retração. Mesmo assim, o nível de emprego permanece 0,2% abaixo do observado no mesmo mês de 2025.

A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) permaneceu praticamente estável, com leve crescimento de 0,2 ponto percentual. O indicador passou de 77,4% em dezembro de 2025 para 77,6% em janeiro de 2026, nível ainda 1 ponto percentual inferior ao registrado em janeiro do ano passado.

Em nota, a especialista em Políticas e Indústria da CNI, Larissa Nocko, destacou que os fatores que levaram ao enfraquecimento da indústria ao longo de 2025, como os juros e o crescimento menor da demanda, continuam limitando a recuperação do setor.

“Os elementos que levaram ao desaquecimento da indústria de transformação em 2025 permanecem penalizando o setor, que são, sobretudo, os juros elevados, o alto custo do crédito e a desaceleração da demanda, além da forte entrada de bens de consumo importados”, afirma.

“No entanto, o patamar da Selic ainda vai continuar bastante elevado, restringindo a atividade econômica, especialmente da indústria de transformação”, acrescentou Nocko na nota.

Massa salarial e rendimento

Entre os indicadores ligados ao mercado de trabalho, a massa salarial real da indústria avançou 1% em janeiro frente a dezembro, indicando início de recuperação após desempenho predominantemente negativo na segunda metade de 2025. Na comparação com janeiro do ano passado, houve alta de 0,4%.

No entanto, o rendimento médio real dos trabalhadores da indústria de transformação ficou praticamente estável na passagem de dezembro para janeiro, com leve variação negativa de 0,1%. Em

relação a janeiro de 2025, o rendimento médio apresentou crescimento de 0,7%.

Fonte: Agência Brasil

Deputados do governo e da oposição divergem sobre a redução da jornada de trabalho

CCJ discute propostas de emenda à Constituição que acabam com a escala 6x1



Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados

Durante audiência pública com o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, parlamentares da oposição e da base do governo divergiram sobre a redução da carga semanal de trabalho.

Favoráveis à medida, os deputados Orlando Silva (PCdoB-SP) e Rubens Pereira Júnior (PT-MA) argumentaram que a atual jornada de 44 horas semanais é um “resquício da era industrial” que degrada a saúde física e mental dos trabalhadores.

Erika Kokay (PT-DF) e Luiz Couto (PT-PB) destacaram que o excesso de trabalho contribui para o aumento de doenças psicossociais e acidentes laborais, gerando um custo bilionário para a Previdência Social. Segundo eles, a redução da jornada aumentaria a produtividade e a felicidade no ambiente de trabalho, com impacto positivo sobre as mulheres, que frequentemente enfrentam dupla jornada de trabalho.

Preocupações com custos e produtividade

Por outro lado, parlamentares da oposição e representantes de setores produtivos expressaram forte preocupação com os impactos econômicos. A deputada Julia Zanatta (PL-SC) e o deputado Mauricio Marcon (PL-RS) questionaram a viabilidade de manter salários com menos horas trabalhadas sem um aumento prévio de produtividade, alegando que o Brasil possui índices de produtividade muito inferiores aos de países desenvolvidos.

Zanatta afirmou que o verdadeiro “opressor” do

Brasília-DF, 12 de março de 2026

trabalhador é a alta carga tributária imposta pelo Estado, e não a jornada de trabalho. Outro ponto levantado foi o risco de fechamento de micro e pequenas empresas, que teriam dificuldades em arcar com novos custos de escala, e a possibilidade de aumento da informalidade. O deputado Luiz Gastão (PSD-CE) alertou que setores como saúde e turismo poderiam sofrer impactos de custo de até 26% ou mais.

Fonte: Agência Câmara

Câmara articula votação da regulamentação do trabalho por app até o início de abril



Reprodução TV Câmara

A Câmara dos Deputados trabalha para votar, nas próximas semanas, o projeto que regula o trabalho de motoristas e entregadores por aplicativos. A intenção é concluir a tramitação no Plenário entre o mês de março e o início de abril, após negociações em torno do texto que tramita em comissão especial e que busca estabelecer regras para uma atividade que hoje reúne cerca de 2,2 milhões de trabalhadores no país.

O presidente da Câmara, Hugo Motta, afirmou que ainda é necessário avançar nas negociações para construir um texto politicamente viável, capaz de garantir proteção aos trabalhadores sem provocar aumento de custos para as empresas de plataforma e para os consumidores. O tema foi discutido em reunião realizada na residência oficial da Presidência da Câmara com representantes do governo federal e o relator da proposta, deputado Augusto Coutinho.

A proposta em debate pretende criar um marco regulatório para o trabalho por aplicativos, com previsão de garantias como cobertura previdenciária, seguro contra acidentes e seguro de vida. A expectativa é que a regulamentação estabeleça parâmetros mínimos de proteção social, ao mesmo tempo em que preserve o funcionamento das plataformas digitais de transporte e entrega.

Entre os pontos que ainda geram divergência está a definição de uma taxa mínima de entrega para os trabalhadores. O relator indicou que o tema continua em debate com os diferentes setores envolvidos, destacando que parte das corridas hoje possui valores inferiores ao patamar inicialmente discutido, o que poderia comprometer a viabilidade do modelo.

Representantes do governo também defendem a necessidade de avançar na regulamentação do setor. A avaliação é de que a ausência de regras favorece principalmente as grandes plataformas digitais, enquanto os trabalhadores permanecem sem proteção adequada nas relações de trabalho mediadas por aplicativos.

A expectativa é que, após a conclusão das negociações na comissão especial, o texto seja levado ao Plenário da Câmara para votação nas próximas semanas, definindo um novo marco para as relações de trabalho no setor de plataformas digitais.

(Com informações da Agência Câmara de Notícias)

Fonte: Diap



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA
NOVA CENTRAL SINDICAL DE TRABALHADORES



- EM DEFESA DA VIDA, CONTRA O FEMINICÍDIO.
- REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO
- FIM DA ESCALA 6X1

7º Encontro de Mulheres Trabalhadoras do Estado de São Paulo

DATA: 20/03 ÀS 09:0H

LOCAL: SEDE DA NCST - SP, R. SILVEIRA MARTINS, 53 - 1º ANDAR - SÉ, SÃO PAULO CEP: 01019-000

INFORMAÇÕES E TELEFONES:
CNTI SP: (11) 3105-7540
NCST SP: (11) 3271-6393

2026
SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO- CNTI